





Fecomércio - 18/05/2020

Índice

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes pede contribuição de servidores públicos para superar crise 5
Noticias - 2020-05-16

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Perspectivas da tributação no pós-pandemia: o que esperar do Legislativo e do Judiciário? 7
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Esperança no futuro 10
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Roberto Linhares, da Caern: 'A Caern saiu do prejuízo para o lucro' 13
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Comércio já perdeu R\$ 124,7 bilhões para a pandemia 17
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

SENAI/CTGÁS vão produzir mil respiradores para a guerra do vírus 19
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crise faz disparar no País projetos que preveem quebra de contratos 23
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

'Quem me conhece sabe que eu sou duro na queda', diz Guedes 26
Noticias - 2020-05-17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional 29
Noticias - 2020-05-18

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Auxílio emergencial de R\$ 600 ampliado é sancionado por Bolsonaro com veto 31
Notícias - 2020-05-16

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Pará estende lockdown até o próximo dia 24

Notícias - 2020-05-16

33

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional

Notícias - 2020-05-18

35

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Fenapro aponta que recuperação virá em mais de 6 meses

Notícias - 2020-05-17

37

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes cobra veto a aumento a servidores públicos: 'Não assaltem o Brasil'

Notícias - 2020-05-16

39

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Federações distintas entram com ação na Justiça contra o lockdown no RN

Notícias - 2020-05-16

41

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

COVID-19: Campanha da FIERN arrecada dinheiro para doação a instituições filantrópicas

Notícias - 2020-05-16

43

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

ANP confirma leilão e anima cadeia produtiva do RN

Notícias - 2020-05-16

45

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Pedido: Federações e Sebrae querem ser assistentes do na ação do Sindsaúde/RN sobre 'lockdown'

Notícias - 2020-05-16

47

Guedes pede contribuição de servidores públicos para superar crise



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os servidores públicos e o Congresso Nacional precisam contribuir para a manutenção do eventual veto do presidente Jair Bolsonaro ao reajuste para determinadas categorias do funcionalismo estadual e municipal, disse hoje (15) o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. Ele discursou por cerca de uma hora em evento de balanço dos 500 dias de governo e ressaltou que o governo não quer retirar direitos de nenhum servidor, apenas pedir um esforço conjunto para impedir o descontrole das contas públicas.

'Na hora em que estamos fazendo esse sacrifício, que o Brasil está no chão, é inaceitável que tentem saquear o gigante que

está no chão, que usem a desculpa da crise da saúde para saquear o Brasil na hora em que ele cai. Nós queremos saber o que podemos fazer de sacrifício para o Brasil nesta hora. E não o que o Brasil pode fazer por nós', declarou o ministro, referindo-se às tentativas de manter os reajustes para as categorias do funcionalismo que trabalham diretamente no enfrentamento à pandemia de coronavírus.

Segundo o ministro, o servidor público que eventualmente superar a carga horária pode receber horas extras, sem necessidade de pedir aumento. Ele classificou como um esforço de guerra contra o vírus o congelamento de **salário** por 18 meses, que valerá para a maioria dos servidores estaduais e municipais conforme o projeto de lei aprovado pelo Congresso.

'Nossos heróis não são mercenários. Que história é essa de pedir aumento de **salário** porque um policial vai exercer sua função? Ou porque um médico vai à rua exercer a sua função. Se ele trabalhar mais por causa do coronavírus, ótimo. Ele recebe hora extra. Mas dar medalhas antes da batalha? As medalhas vêm depois da guerra', afirmou.

De acordo com o ministro da **Economia**, o congelamento é essencial para que as despesas com o funcionalismo não subam nos próximos anos e para que o país tenha condições de investir mais nos próximos anos. 'São centenas de bilhões que seriam transferidos para rentistas. O dinheiro continua tranquilo, mas pode ser empregado para investimentos em saneamento, por exemplo. O Brasil virará uma força movida pelo

empreendedorismo', disse.

O ministro criticou ainda parlamentares e opositores que têm pressionado para derrubar no Congresso o eventual veto do presidente Bolsonaro a reajustes para o funcionalismo local. 'A reconstrução de um país leva anos. Passamos um ano e meio tentando reconstruir. Quando estamos começando a decolar, somos atingidos por uma pandemia. Vamos nos aproveitar de um momento deste, da maior gravidade de uma crise de saúde, e vamos subir em cadáveres para fazer palanque? Vamos subir em cadáveres para arrancar recursos do governo?', questionou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Perspectivas da tributação no pós-pandemia: o que esperar do Legislativo e do Judiciário?



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Frederico Seabra de Moura

Em 1819, o Chief Justice John Marshall, da Suprema Corte norte-americana, cunhou pensamento que ficou célebre: 'o poder de tributar envolve o poder de destruir'. Duzentos anos depois, no ápice da pandemia, o dito não poderia ser mais atual.

O momento vivido fará com que se reavie a dicotomia entre o que Casalta Nabais chamou de dever fundamental de pagar impostos e pensamentos individualistas como o de Ayn Rand, para quem a cobrança de **tributos**, via arrecadação estatal de parte do produto do esforço das pessoas, seria uma violência

institucionalizada. É necessário evitar a radicalização de visões tão antagônicas e o advento de um período de destruição causado pelo encontro explosivo entre nossa carga tributária e um setor produtivo à beira do colapso.

Seguindo outras medidas restritivas, viu-se a decretação de lockdowns Brasil a fora, cujos efeitos econômicos podem ser devastadores, como demonstram as projeções de que: i) veremos a maior retração do PIB desde 1901 - 4,7% - e teremos possivelmente mais de 5 milhões de desempregados, conforme o Ministério da **Economia**; ii) meio bilhão de pessoas retornarão à pobreza, segundo a ONU.

O legislador não pode se alhear ao problema.

De início, as propostas de reforma constitucional-tributária precisam ser revisitadas, notadamente nos pontos em que criam alíquota única (25%) para um novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como eliminam ou restringem a concessão de incentivos fiscais. O pronunciado empobrecimento populacional e o agravamento das desigualdades regionais não admitem tais pretensões, sendo imperiosas as preservações dos incentivos tributários e do princípio da seletividade, segundo o qual - nos atuais ICMS e IPI - os itens essenciais devem sofrer tributação nula ou branda, ao passo que o impacto fiscal há de ser maior para bens supérfluos.

Nesse contexto, pode-se debater a criação de incentivos fiscais para setores que tenham sido mais afetados pela crise e a redução temporária

das alíquotas do Simples Nacional para todos os segmentos (ou ao menos a aprovação do projeto que prevê um plano de parcelamento de débitos gerados na pandemia, já em trâmite no Senado), à vista da maior fragilidade das pequenas empresas.

A 'desoneração da folha' também pode auxiliar a retomada econômica, pela redução da alíquota incidente sobre os salários e/ou ampliação das hipóteses optativas da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, neste caso afastando a empresa de uma perniciosa base desconectada de seu desempenho econômico - como é a folha de pagamentos.

Visando a contenção dos passivos fiscais, poder-se-ia cogitar da exoneração de multas moratórias para os que comprovassem que a impontualidade tributária durante a pandemia ocorreu por pura insuficiência de receita. Os passivos existentes poderiam ser amortizados com um menor comprometimento do fluxo de caixa das empresas, por meio da ampliação do sistema de resolução alternativa de litígios fiscais para além das poucas hipóteses previstas na Lei nº 13.998/20, que a pretexto de dispor sobre a 'transação tributária', pouco mais fez que criar uma espécie de 'REFIS permanente'.

Eis aí o caráter extrafiscal que as normas tributárias podem assumir, por serem capazes de atuar como mecanismos para que certas finalidades quistas pelo Estado sejam atingidas, como o estímulo ao turnaround de empresas de setores específicos, a simples sobrevivência das pequenas sociedades empresárias (ou ao menos sua manutenção na formalidade), a salvaguarda de empregos e a

preservação de liquidez das pessoas físicas e jurídicas em geral.

Mas como o Estado necessita de equilíbrio orçamentário, urge se pensar em alternativas aptas a viabilizá-lo, especialmente por estimar-se que parte considerável da **economia** prevista com a reforma da previdência foi comprometida e que o orçamento de 2020 já está com um déficit de R\$ 600 bilhões.

Como talvez não haja ambiente político para o aumento da carga tributária mesmo de setores mais pujantes (muito embora já se cogite o aumento da CSLL dos bancos, a tributação dos dividendos e a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas), um ponto de partida é a indispensável reforma administrativa, com redução e controle mais rígido das despesas públicas e incremento da eficiência operacional dos entes públicos.

Além disso, algumas das alternativas citadas acima, mesmo gerando desonerações imediatas, no médio prazo podem findar colaborando com a própria arrecadação, pelo simples estímulo à competitividade entre os players sobreviventes e aqueles que pretendam entrar 'no jogo', o que, naturalmente, é benéfico ao consumo e, conseqüentemente, à **economia**. Assim, parece-nos que a criação de normas tributárias indutoras de condutas - vocacionadas à retomada da prosperidade econômica -, é um caminho a ser considerado para o enfrentamento da crise.

Chamado a suspender a exigibilidade de **tributos** em razão da extraordinariedade oriunda da pandemia, o Judiciário tem se absterido de intervir. Entretanto, acaso tenhamos

um cenário pós-pandêmico de inércia legislativa, será fundamental que a magistratura se sensibilize e raciocine como o Justice Oliver W. Holmes Jr., que, em 1928, bem retratou o anseio dos contribuintes quando buscam a Justiça, ao dizer: 'o poder de tributar não significa nem envolve o poder de destruir, pelo menos enquanto existir esta Suprema Corte'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Esperança no futuro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Antônio Felipe

Líderes empresariais vem repetindo que já viveram muitas crises e essa também vai passar. Toda crise passa, de uma maneira ou de outra, mas no Brasil essa crise é diferente. Ela é de saúde, econômica e social e com uma forte pitada de política. Como todas outras resta saber como será a consequência. Nem bem saímos da crise de 2008/2010, provocada pelo sistema imobiliário norte-americano e já estamos dentro de uma outra crise com fortes componentes que podem comprometer o crescimento por mais alguns anos. É aguardar para avaliar suas repercussões.

SEM BANCO

Segundo o Instituto Locomotiva, o país tem 45 milhões de desbancarizados, ou seja, pessoas que não movimentam a conta bancária há mais de seis meses ou não possuem conta em nenhum banco. A pandemia reacendeu a situação dos desbancarizados no país. Além da alternativa de poupança em bancos públicos, uma opção para inserção de brasileiros no sistema bancário podem ser as fintechs.

Incentivo

A Fecomércio RN lança uma campanha de incentivo ao comércio potiguar e divulga quase 100 empresas através das redes sociais. Os interessados em divulgar sua marca ou sugerir outras empresas para divulgação, entrar em contato através do direct do Instagram da Fecomércio (@fecomerciorn). O objetivo é fortalecer a **economia** potiguar durante o período da pandemia do novo coronavírus.

Juros

A conta de **juros** deu um salto de 96,5% e soma R\$ 56 bilhões em março. Dados do Banco Central mostram que o setor público voltou a pagar mais **juros** no mês passado devido a perdas bilionárias do BC com contratos de swap cambial. A dívida pública bruta sobe para 78,4% do PIB em março. Conforme dados do Banco Central, endividamento público do governo geral aumentou R\$ 147 bilhões em relação a fevereiro, somando R\$ 5,758 trilhões.

PRORROGAÇÃO

A partir de amanhã, a Caixa Econômica fará a ampliação da pausa na habitação por um período de 120 dias, para aqueles clientes pessoa física que já solicitaram a suspensão temporária de 90 dias do financiamento habitacional e Crédito Imóvel Próprio (Home Equity) e tiveram o pedido atendido. Para quem decidir solicitar a suspensão temporária das prestações a partir de agora, o período de pausa já será de 120 dias no total.

Renda x política

O auxílio emergencial poderá levar mais alguns meses para acabar e até ser definitivo, como se fosse uma renda mínima. O secretário especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, revela que as ações de combate somente a crise já somam R\$ 350 bilhões e a concessão de crédito aumentou 30%. Se o auxílio virar definitivo dois problemas virão à tona: 1- O rombo das contas públicas estimado em R\$ 127 bilhões para 2020 será de difícil controle daqui pra frente; 2- A política brasileira terá a cara mais deprimente que se conhece, a do assistencialismo. Vale lembrar aqui a música de Luis Gonzaga: 'Seo Dotô uma esmola/a um homem que é são/ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão'.

ESCASSEZ

O Banco Central monitora o sistema bancário temendo falta de dinheiro em bancos. Diante do alto volume de saques dos R\$ 600, a autoridade monetária perguntou se a Casa da Moeda pode antecipar a entrega de novas cédulas.

O crédito liberado durante a pandemia precisa

alcançar mais empresários. As entidades do setor empresarial reforçam que, para as linhas de crédito chegar a mais empresas, o Tesouro Nacional precisa disponibilizar recursos próprios como garantia das operações de crédito para capital de giro.

Recentemente, a Caixa Econômica e o Sebrae anunciaram uma parceria para oferecer R\$ 7,5 bilhões em crédito às micros e pequenas empresas e aos Microempreendedores Individuais (MEI). Esse dinheiro está disponível com uma carência de 9 a 12 meses, e pagamento entre 24 e 36 meses.

Os valores máximos para concessão são de até R\$ 12,5 mil para MEI; até R\$ 75 mil para microempresas; e até R\$ 125 mil para empresas de pequeno porte. Os **juros** são de 1,59% a.m. mês para MEI; 1,39% a.m. para microempresas e 1,19% a.m. para pequenas empresas. Mesmo com **juros** baixos, a pesquisa ainda é

importante e necessária.

CRÉDITO (I)

O serviço de monitoramento de linhas de crédito oferecido pelo Sebrae está em alta. O levantamento semanal traz um compilado de informações para que o empreendedor tenha condições de avaliar as melhores propostas do **mercado**. Mais de 3,8 mil empreendedores já fizeram downloads na página do Sebrae.

CRÉDITO (II)

A proposta do serviço é levar às micro e pequenas empresas informações qualificadas e úteis para que o empreendedor tenha

elementos para a tomada de decisão consciente. Os acessos ocorreram entre 27 de março e 11 de maio deste ano, período em que perdura a pandemia causada pelo novo coronavírus, que afeta diretamente os pequenos negócios.

CARNE (I)

Apesar de ser um grande produtor e exportador, o Brasil ocupa a 7ª posição no ranking de preço da carne bovina. O Cuponation, plataforma de descontos online, compilou dados sobre o preço da carne no Brasil e no mundo e como o isolamento social das últimas semanas podem influenciar no valor da peça. Dentre os 102 países participantes da pesquisa, o Brasil ocupa o 95º lugar, em que os brasileiros pagam, em média, R\$ 26,79 pelo quilo.

CARNE (II)

Na Venezuela os cidadãos pagam somente R\$ 19 pelo quilo de carne. Em contrapartida, o país que paga mais caro pelo produto é a Suíça - os suecos precisam desembolsar por volta de R\$ 290,60 pelo quilo da carne vermelha. Noruega e Coreia do Sul ocupam a segunda e terceira posição da lista, cobrando R\$ 146,20 e R\$ 143,23 pelo item, respectivamente. Os valores do levantamento foram convertidos com o dólar a R\$ 5,82, e que a variação do valor da carne pode ser exponencial e rápida.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Roberto Linhares, da Caern: 'A Caern saiu do prejuízo para o lucro'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Araújo

Na contramão da maioria das instituições estatutárias, que acumulam prejuízos financeiros anualmente, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) encerrou o ano de 2019 de uma forma surpreendente em seu balanço contábil. A empresa registrou lucro líquido de R\$ 28,8 milhões.

Na entrevista a seguir, o diretor presidente da instituição, Roberto Linhares, detalha o balanço contábil de 2019 e ressalta os números mais expressivos, que comprovam a mudança de gestão e obtenção de resultados positivos ao

longo do ano passado.

Foco nas práticas de Governança corporativa foi essencial para melhorar os resultados da Companhia. Abaixo, Roberto Linhares fala sobre o cenário atual vivido pela Companhia no momento de pandemia e os esforços para manter os resultados positivos ao longo de deste ano. Acompanhe.

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte recentemente publicou o balanço contábil anual. Do seu ponto de vista, quais números merecem destaque e por quais motivos?

O primeiro destaque a ser feito é referente ao próprio Balanço. Pela primeira vez na história da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, o balanço é aprovado pela Auditoria Externa como sendo sem ressalvas. Este ponto é resultado da implantação de um processo de aperfeiçoamento da gestão, por meio da implementação de práticas de Governança Corporativa e da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse caso, é importante ressaltar o corpo técnico de alta qualidade do órgão público. Nos resultados apresentados pelo balanço, tenho a destacar que a Caern saiu de um prejuízo de R\$ 10,7 milhões em 2018 para um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões em 2019. Ao longo de 2019, a empresa acumulou um faturamento líquido de R\$ 668,7 milhões, contra R\$ 645,6 milhões do ano anterior. Isso representou um aumento de 3,57%, ou seja, R\$ 23 milhões. O resultado operacional (calculado antes da dedução das despesas de **juros** provenientes de

financiamentos contraídos pela companhia) foi de R\$ 24,4 milhões, enquanto no ano anterior ele tinha se apresentado como um prejuízo de R\$ 26,1 milhões. A Companhia obteve em 2019 um EBITDA (montante representado pelo lucro antes de taxas e impostos) de R\$ 97.800 milhões, enquanto em 2018, esse valor foi de apenas R\$ 44.280 milhões, representando um aumento de R\$ 53,5 milhões. São números que colocam a Caern numa perspectiva muito boa.

Depois de quantos anos a Companhia conseguiu findar um balanço contábil positivo e como foi possível mudar essa realidade?

Considerando lucro financeiro e lucro contábil (ou seja, o lucro não advém de ajustes de contas contábeis, reversão de provisões ou reservas), é um dos maiores resultados apresentados ao longo dos 51 anos da Caern. Como já destacamos, em 2018 a Caern teve um prejuízo de R\$ 10,7 milhões e em 2019, um lucro de R\$ 28,8 milhões líquidos. O resultado, que é extremamente positivo para a Companhia, reforça para a população do Rio Grande do Norte que com uma gestão eficiente, a empresa é sim lucrativa. O segredo para se mudar a realidade da Caern está justamente no cuidado com o bem público através do respeito ao erário, transparência, governança e ética. O engajamento da equipe e principalmente foco na missão e visão da Companhia contaram muito. Assim, é importante destacar que como empresa pública, o principal norteador da Caern e a meta que se busca dia a dia, é a boa prestação do serviço para a população. Um detalhe não pode deixar de ser mencionado. Ao ser lucrativa, a Companhia reinveste recursos no saneamento básico, podendo ampliar os serviços de abastecimento de água e

esgotamento sanitário.

Como o senhor recebeu a Caern e como ela está hoje? Quais setores passaram por maiores transformações e quais os resultados dessa mudança?

A Companhia estava numa situação financeira não estável, sendo esse um dos pontos mais importantes no trabalho realizado até agora. Ou seja, hoje, mesmo durante a pandemia, temos um caixa equilibrado. Porém, as mudanças estão acontecendo em todas as áreas da empresa, desde a área de pessoas (com um comitê de ética atuante e trazendo à responsabilidade aqueles que transgridam as normas da Caern), passando pela inovação tecnológica, em que a entrada no **mercado** livre de energia é um dos destaques, e a governança mais priorizada, incluindo a adoção das normas internacionais de contabilidade. Em relação ao **mercado** livre de energia, por exemplo, a Caern fará a contratação de energia de diferentes geradores ou comercializadoras de diversas fontes de geração. A mudança deve gerar uma **economia** mínima de R\$ 44 milhões para a Caern, num período de cinco anos. Nacionalmente, a Companhia se destaca pelo número de unidades que farão uso dessa energia. Serão 60 unidades consumidoras, entre poços, estações elevatórias de água bruta ou tratada e estações de tratamento de água e de esgoto a serem abastecidos com energia do Mercado Livre. Reforço, novamente, que quando estamos economizando podemos aumentar o lucro para reinvestir na prestação de serviço.

O senhor acredita que em 2020, mesmo diante dessa pandemia, será possível encerrar o ano com um saldo de caixa positivo? Quais

medidas estão sendo adotadas para que isso ocorra?

A depender do tempo de duração da crise, sim. No cenário anterior à pandemia, projetávamos um resultado positivo de cerca de R\$ 70 milhões em 2020, mas é esperado que a pandemia influencie em muito nesse número, puxando-o para baixo. No entanto, buscaremos que seja um ano de eficiência e lucratividade, com aumento da capacidade de investimento, mesmo com a pandemia que estamos atravessando no momento. Isso sem deixar de dar nossa contribuição para a sociedade (responsabilidade social) e respeitando o meio ambiente. Hoje, estamos com suspensão da cobrança da tarifa social, dos consumidores que já estavam cadastrados, minimizando o impacto da pandemia para a população mais carente. Um ponto positivo que também deve ser observado é que neste ano estamos saindo efetivamente da crise hídrica no interior do RN, melhorando significativamente nossa capacidade de abastecer a população. Também destaco que a Caern tem um serviço que é reconhecidamente essencial para todos. Assim, mesmo durante a crise do Coronavírus não deixamos de trabalhar. Todo mundo precisa de água, especialmente agora em que as recomendações de higiene são tão importantes. Claro que a companhia está cuidando de todas as medidas de segurança para que o nosso colaborador possa desempenhar seu trabalho com tranquilidade. Um dos pontos que destaco também é a modernização do atendimento ao consumidor através dos canais virtuais, possibilitando o recebimento de demandas digitalmente.

Qual é hoje o maior problema da empresa? O índice de inadimplência está em qual

percentual e de que maneira essa ausência de quitação de dívidas afeta a saúde financeira da Caern?

O maior problema da Caern são seus processos arcaicos e engessados pela burocracia das normas públicas. A modernidade e evolução tecnológica são fundamentais para a continuidade da empresa. Mas, temos trabalho para, mesmo dentro das limitações, agilizarmos o andamento de processos na Companhia. Ressaltando, principalmente, que temos a prestação de um serviço essencial para a população. A Caern vem se modernizando para dar uma resposta cada vez melhor. Em relação ao índice de inadimplência, atualmente é de cerca de 13,3%, sendo que o setor público responde pela maior parte dessa inadimplência. Essa inadimplência é limitadora para a obtenção de resultados mais robustos pela companhia. Em relação à inadimplência dos consumidores, a Caern tem desde o ano passado reforçado campanhas de recuperação de crédito, levando para o cliente condições especiais de negociação. Agora neste momento de pandemia, por exemplo, temos suspenso **juros** e multas de débitos anteriores a dezembro de 2019, possibilitando que aquela pessoa que está precisando da água possa fazer sua religação.

Quais são hoje os maiores devedores, continuam sendo os municípios? Como a Caern tem dialogado em busca de uma resolução desses casos?

Sim, os municípios continuam a figurar como os principais devedores da Companhia. Atualmente, buscamos soluções para esses atrasos, bem como de órgãos do Estado e até

federais. Esse é um trabalho de formiguinha que vale a pena ser reforçado. Mas, continuamente temos buscado essa aproximação e articulação com as prefeituras, no intuito de sanar esses casos.

Em relação ao desperdício de água em Natal e no RN como um todo, tem caído? Como está o combate a esse problema?

A Caern vem permanentemente alertando a população para o uso racional da água, seja nas redes sociais ou em seus projetos de educação ambiental. Esse trabalho visa, principalmente, a consciência ambiental e a redução de consumo. Observe que com esse trabalho a empresa tende a reduzir também o seu faturamento. Mas, o uso consciente da água é importante em todos os lugares do mundo, principalmente, no Semiárido. Não visamos o faturamento irresponsavelmente, ao contrário, nos empenhamos em difundir a boa consciência do consumo racional de água. Por outro lado, a Companhia tem a redução de perdas de água no nosso radar diário. Testamos trabalhando em todas as frentes desde a retirada mais rápida de vazamentos e estouros de redes e adutoras à fiscalização e retirada de ligações ilegais. Começaremos assim que possível a trabalhar com contratos de performance, para reduzirmos ao máximo essa perda. Ainda há muito a andar nesse item aqui no Rio Grande do Norte.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Comércio já perdeu R\$ 124,7 bilhões para a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

De acordo com estudo da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), as perdas diretas impostas ao comércio pela crise provocada pelo novo coronavírus chegaram a R\$ 124,7 bilhões após sete semanas do surto da doença (de 15 de março a 2 de maio). O valor representa um encolhimento de 56% no faturamento do varejo, em relação ao período anterior ao início da pandemia.

A **CNC** estima, ainda, que a crise tem potencial para eliminar cerca de 2,4 milhões de postos formais de trabalho no setor, em um intervalo de até três meses. 'A concretização desse cenário, no entanto, dependerá de como as empresas do

setor vão reagir às medidas anunciadas pelo governo e, em última instância, à própria evolução da pandemia nas próximas semanas', avalia o presidente da **CNC**, José Roberto Tadros, ressaltando que a entidade elaborou um guia com orientações sobre o momento da retomada das atividades econômicas no Brasil após a quarentena, com o objetivo de ajudar os empresários na reabertura dos negócios.

As perdas do setor, que chegaram a R\$ 23,03 bilhões na segunda semana após o início da pandemia, têm diminuído gradativamente desde então. Na última semana pesquisada, recuaram a R\$ 18,04 bilhões. O economista da **CNC** responsável pelo trabalho, Fabio Bentes, explica que a intensificação de estratégias alternativas, como e-commerce, m-commerce, vendas por aplicativos de redes sociais, serviços de delivery e drive-thru, contribuiu para que as perdas se dessem de forma menos intensa. 'Contudo, não foram suficientes para impedir o acúmulo de novos resultados negativos ao longo de todo o mês de abril', pondera o economista.

Outro fator que pode ter contribuído para os resultados foi a menor adesão ao isolamento social. De acordo com a consultoria Inloco, a movimentação de consumidores, medida pelo rastreamento de celulares, que chegou a se aproximar de 70% no fim de março, encontra-se atualmente abaixo dos 44%.

Nas sete semanas encerradas no início de maio, as perdas mais expressivas se concentraram nos segmentos varejistas especializados na venda de itens não essenciais (R\$ 111,61 bilhões). Já as vendas de alimentos

e medicamentos, segmentos que respondem por 37% do varejo brasileiro, acumularam perdas de R\$ 13,12 bilhões no período.

PMC recua em março

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de março de 2020, divulgada semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou retração de 2,5% no volume de vendas no varejo, na comparação com fevereiro - já computados os ajustes sazonais. Foi a maior queda para meses de março desde 2003. A incorporação dos resultados dos segmentos automotivo (-36,4%) e de materiais de construção (-17,1%) produziu a maior retração do varejo ampliado (-13,7%) em toda a série histórica da pesquisa. 'Os segmentos essenciais evitaram um tombo ainda maior, especialmente o desempenho inédito das vendas nos hiper e supermercados (+14,6%), ramo no qual observou-se uma busca por estocagem de mercadorias no início da pandemia', destaca Fabio Bentes, acrescentando que o segmento de farmácias e drogarias (+1,3%) também teve resultado positivo no mês de março.

Por outro lado, as lojas de tecidos, vestuário e calçados amargaram as maiores perdas no primeiro mês de pandemia, bem como ramos especializados na comercialização de bens de consumo duráveis, que registraram quedas mensais históricas em março.

Diante do cenário atual, a **CNC**, assim como na última PMC, não apresentará projeções com base na pesquisa do IBGE, como faz normalmente.

Queda no RN

O varejo no RN teve um desempenho negativo de - 6,4% na comparação de março com fevereiro de 2020. Somente Bahia (- 9,7%) e Ceará (-11,8%) tiveram quedas mais acentuadas que o RN. O volume de vendas do varejo de todos os estados do Nordeste diminuiu mais que a média nacional (- 2,5%). Apenas São Paulo não teve retração.

Em relação a março de 2019, o volume de vendas do RN reduziu 6,9% em março deste ano, maior que a média do Brasil (- 1,2%). No varejo ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, a queda foi de 12,3% em março frente a fevereiro de 2020 - a menor do Nordeste.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

SENAI/CTGÁS vão produzir mil respiradores para a guerra do vírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Cassiano Arruda Câmara

'Eu só quero entender uma coisa: farmácia, padaria e supermercado podem ficar abertos, mas o resto do comércio tem de fechar: - Qual a diferença? Na verdade falta planejamento, regras e disciplina dos governos junto à sociedade.'

Do ex-prefeito Carlos Eduardo Alves.

SENAI/CTGÁS vão produzir mil respiradores para a guerra do vírus

O Caninga, respirador artificial projetado e desenvolvido, em Natal, pelas equipes do

CTGÁS/SENAI e Universidade Federal, contando com apoio da Universidade de Campina Grande, espera vencer a barreira burocrática, na Anvisa, para entrar em fase de produção. O projeto prevê a fabricação de mil aparelhos a um preço cem vezes menor do que está sendo colocado no **mercado**, principalmente de origem chinesa.

Como os leitores desta Roda Viva vem acompanhando, nas últimas semanas, esse aparelho já entrou em fase de testes faltando entrar em linha de produção, depois de vencer a burocracia.

Como a pandemia está sendo vencida todo o fim de tarde

Um grupo de senhores, todos usando máscaras cirúrgicas, está se reunindo nos fins de tarde, agora, no largo do Atheneu, depois de um recesso de 60 dias. - Eles estão vencendo a pandemia.

São empresários, executivos, magistrados, fazendeiros, que se encontram, todo fim de tarde, há mais de vinte anos, para praticar o esporte da conversa, do bate-papo. Um grupo que formou-se com eles ainda estudantes no Tob´S (das primeiras lanchonetes de Natal). Depois migraram para o Raro Sabor e ocuparam a Praça das Flores, onde se construiu até candidatura a Governador, e de onde foram banidos há 60 dias, pela pandemia.

Pelo celular mantiveram o grupo unido e esta semana encontraram um novo pouso: o largo do Atheneu. Com tudo fechado, cada um comprou

um banco, levado no próprio carro. Com todos os bares e restaurantes sem funcionar, além do banco cada um leva sua água e cumprem todas as restrições impostas pelas autoridades, a partir do respeito a distância regulamentar. E discutem sobre tudo, inclusive com uma dissidência: 'Os Discípulos do Messias', que só cuidam da política nacional.

Nome de Dilma para ser madrinha de Hospitais de Campanha na pandemia

Quando a China já se mobilizava para enfrentar o Coronavírus, o Brasil contabilizava o fechamento de 17 hospitais e 30 postos do SUS, em 11 Estados. Completava-se a obra do Governo Dilma Rouseff com a desativação de 11,5 mil leitos hospitalares - uma em cada duas horas - nos primeiros dois anos e meio. O que credencia Dilma a receber a faixa de madrinha dos 'Hospitais de Campanha' instalados a toque de caixa em todo o Brasil.

Mais de 50 mil brasileiros ficaram sem buscar o diagnóstico de câncer

Desde o início da pandemia - segundo a Sociedade Brasileira de Patologia - ao menos 50 mil brasileiros deixaram de ser diagnosticados com câncer. Outros milhares de pacientes, já com o tumor detectado, tiveram os tratamentos suspensos.

Só no mês de Abril, cerca de 70% das cirurgias de câncer deixaram de ser realizadas por adiamento proposto pelos pacientes.

Sessões virtuais não diminuíram a temperatura de nossa Câmara

Quando, seguindo a tendência das casas do

Parlamento, a Câmara de Natal adotou sessões virtuais para proteger os seus membros contra o novo coronavírus, um velho frequentador de suas galerias, deu um palpite: - Pelo menos não tem clima para brigas. - Ledo engano.

Na manhã de quinta-feira não teve violência física. Mas o debate entre os vereadores Cícero Martins (PP) e Luiz Almir (PSDB) terminou com uma agressão ainda maior, quando o comunicador, usou mais de 30 anos de experiência em TV para, olhando para as câmaras, resolver a questão com uma só palavra. Um monossílabo que é um palavrão não dito em casas de família.

Em Mossoró democracia não se aprende na Universidade

Depois de muita confusão e tapetão, na eleição para Reitor do IFRN, outra eleição universitária em Mossoró, na UFERSA - Universidade Federal do Semi-Árido, já começa com denúncias de golpismo.

O ex-reitor Josivan Barbosa, que deseja voltar ao posto, está denunciando o golpe que está sendo tramado com a realização de uma eleição virtual, feita pela Internet. Disse que o atual Reitor quer manipular o pleito para indicar os três da lista a ser encaminhada ao Presidente da República. O modelo eleitoral da UFERSA será decidido amanhã pelos seus Conselhos.

Chamada Tangará por escolha do seu criador, a cidade recebe a 3ª geração

Dono da Fazenda Irapuru, na região do Trairy, o majó Theodorico Bezerra, quando decidiu

emancipa o distrito de Riacho lembrou da lenda amazônica: - Quando o Irapuru canta, o Tangará dança.

Em tempos de Pandemia as peças se mexem no tabuleiro político. O prefeito Jorginho, neto do Majó, em fim de mandato, não se anima numa nova candidatura. Enquanto o bisneto, Lilico, que não conseguiu se eleger vereador em Natal, pelo PSD do governador Robinson, mudou para o PSDB de Ezequiel Ferreira e cultiva uma candidatura, depois de transferir seus domicílio eleitoral.

RN fecha as portas para tentar criar novas PPPs

Já foi dito que nosso Rio Grande do Norte adora ser piotário (junção de pioneiro e otário). Adora uma novidade com a maior facilidade. Na sua estrutura governamental foi pioneiro na formação das Parcerias-Público Privadas (PPP) no Nordeste. E por esse caminho conseguiu dinheiro e aprontou o seu estádio para a Copa do Mundo de 2014.

Depois de seis anos, agora, resolve denunciar um contrato - que vai até 2031 - o primeiro e único firmado até aqui de PPP. Como depois da pandemia a privatização será inevitável, dificilmente, depois dessa discussão tardia, conseguirá encontrar algum Parceiro.

Cadeia de hotéis transforma seus quartos em escritórios

A Accor, administradora de hotéis (Ibis e Mercure), com 80% de seus hotéis fechados, por falta de demanda, está criando um novo tipo de negócio para pegar o isolamento social.

A empresa está retirando as camas de uma parte dos seus quartos de hotel para transformá-los em escritórios individuais, que serão chamados de 'room office', para concorrer com o 'home office'. Serão equipados com mesas, cadeira, sofá, internet rápida e frigobar para período de uso diário das 8h às 20h.

Mimimi

A expectativa de Confecções Guararapes é botar sua fábrica de Natal para rodar em julho.

O Diário de Pernambuco, mais antigo jornal em circulação na América Latina, suspendeu sua edição impressa, quarta-feira.

Título da autobiografia de Nelson Mota: 'De Cú Para a Lua: Dramas comédias e mistérios de um rapaz de sorte'.

Completa 114 anos, hoje, da morte de Elias Souto, criador da imprensa diária em Natal.

Hoje é o Dia Mundial Contra a Homofobia.

Dois açudes do RN ainda não renovaram o estoque d'água: Inharé e Trairy.

O Hospital Albert Einstein definiu um elevador exclusivo, apenas, para a ala de tratamento de coronavírus.

Completa 51 anos, hoje, que Ernani Silveira, assumia a Prefeitura de Natal, com a cassação do titular Agnelo Alves.

Nenhum partido ainda convocou convenção para definir candidato a Prefeito de Natal.

Itaú, na Zona Oeste, virou a cidade do 'lockdown' no RN.

Hoje faz 50 anos que d. Alair Vilar era nomeado Bispo de Amargosa, na Bahia.

O setor de serviços, no Brasil, registrou uma queda de 6.9% em Março, diz o IBGE,

Do Estadão: Laudos apresentados por Bolsonaro 'Não tem CPF nem RG'.

Alguém se deu bem na Pandemia: Francisco Diá teve seu contrato prorrogado como treinador do time do ABC.

Duas capitais - Goiânia e Florianópolis - voltam hoje a ter missa presencial, em plena pandemia..

O Ministério da Educação definiu: Aula presencial nas universidades públicas só em 16 de Junho.

Retração de de 4.7% é o que o Ministério da **Economia** prevê para 2020.

Por culpa da Pandemia, foi adiado o Festival 'Curta Caicó'.

Nas contas do ministro Guedes, o Isolamento Social custa R\$ 20 bi ao Brasil. Por semana.

Tatto ou Padilha para Prefeito de São Paulo. Entre os dois, o coração do PT balança.

Federal discute o que vai mudar depois da pandemia

A Universidade Federal criou uma comissão para avaliar as experiências de trabalho remoto

e ações desenvolvidas nas diferentes unidades nesse período de pandemia. O reitor José Daniel Diniz Melo diz que ainda não dispõe de uma previsão para a retomada da normalidade com a volta do trabalho presencial e das aulas da UFRN, mas 'esse tipo de trabalho resgatando a experiência é fundamental nos aspectos administrativo e acadêmico'.

Sindsaúde agora pede à Justiça para parar tudo com 'lockdown'

O Sindsaúde, campeão em realização de greves em Nata, agora quer parar tudo para todos. Entrou com uma ação civil pública para que a Justiça mande o Governo do Estado e Prefeitura de Natal decretarem 'lockdown' de - no mínimo - 15 dias. E criou um racha, O Sindicato dos Médicos se pronunciou contra. E A Associação dos Comerciantes do Alecrim também comprou a briga. Contra o 'lockdown'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Crise faz disparar no País projetos que preveem quebra de contratos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez disparar em todo o País o número de projetos legislativos que preveem a quebra de contratos. Levantamento da empresa Sigalei, feito a pedido do Estadão/Broadcast, mostra que no Congresso Nacional, nas 15 principais Assembleias Legislativas e na Câmara Municipal de São Paulo já existem 352 propostas que buscam impor, entre outras coisas, redução de **juros** em empréstimos, descontos em mensalidades escolares e suspensão de pagamentos por serviços essenciais durante a pandemia.

Os projetos têm como justificativa principal as dificuldades de famílias e empresas em pagar

contas durante o período de isolamento social, com consequente queda de renda. Os dados da Sigalei - empresa de inteligência de tecnologia política e regulatória - mostram que, apenas na área de serviços essenciais (água, energia, telefonia e internet), há 160 projetos que tratam, entre outros assuntos, de proibição de cortes de fornecimento, suspensão de cobranças e estabelecimento de gratuidade em alguns serviços. Na maioria dos casos, porém, não há estudos do impacto das medidas sobre as empresas fornecedoras. Na prática, não se sabe quem pagará a conta.

"É a institucionalização da insegurança jurídica", diz a economista Luciana Yeung, professora do Insper. Pesquisadora na área de Análise Econômica do Direito, ela afirma que a quebra de contratos pode gerar dificuldades para a recuperação de empresas em diversos setores.

Diretor de estratégia da Sigalei, o cientista político Ivan Evolino afirma que a proliferação de propostas legislativas que podem levar à quebra de contratos é uma resposta política à crise. "Neste momento de situações fora do padrão, naturalmente os atores políticos tendem a pensar soluções e rearranjos", avalia Evolino. "O parlamentar responde à demanda de sua base, que está em dificuldades, mas ele tem de ter cuidado ao dialogar com os setores."

Em manifestações públicas, representantes do Banco Central e do Ministério da **Economia** têm alertado para o risco da quebra de contratos. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, chegou a falar em "colapso" na **economia** se esse movimento for levado ao extremo.

Para o advogado Carlos David Albuquerque Braga, sócio da área de Contencioso e Arbitragem do escritório Cescon Barrieu, a preocupação do governo faz sentido. "Se você entra revisando o conteúdo da cláusula contratual, pode haver desbalanceamento", diz. Segundo ele, a intervenção até é justificável em alguns casos. "Há projetos que proíbem despejos neste momento. Assim, a proposta não é que a pessoa não pague o aluguel ou tenha desconto. Parece razoável não haver despejo e corte de luz", diz. "Mas dizer que a pessoa tem direito de não pagar é uma intervenção na espinha dorsal da **economia**."

BC

Em meio à multiplicação de propostas legislativas que podem gerar quebras de contrato, o Banco Central afirma ser favorável que "todo processo de renegociação deva ser realizado entre as partes". Em nota, a instituição defendeu que a "quebra de contrato é um fator que pode transformar esta crise em algo muito mais profundo, ao afetar a credibilidade do sistema produtivo", destaca o Estadão.

Na semana passada, após pressão de bancos, o Senado retirou da pauta de votação projeto que propõe um teto para os **juros**. De autoria do senador Álvaro Dias (Podemos-PR), o texto fala em limitar em 20% ao ano as taxas no cheque especial e no cartão de crédito durante a pandemia. Ao mesmo tempo, proíbe que os bancos reduzam o limite dos clientes a valores abaixo do verificado em 28 de fevereiro - portanto, antes da crise.

Na prática, o projeto de lei traz tabelamento

das taxas de **juros** e proibição de que bancos, em função disso, se recusem a liberar recursos aos seus clientes. Na justificativa do projeto, não há descrição dos custos das operações, nem os motivos para que o teto seja 20%. "Com a Selic tão baixa, não é razoável manter **juros** superiores a 600% ao ano. Uma taxa de 20% é absolutamente satisfatória e suficiente para remunerar as instituições de crédito nesse período de crise", argumenta o senador.

"Já vimos essa história no passado. Estava inclusive na Constituição de 1988, que limitava os **juros** em 12% ao ano. Era tão absurdo que os legisladores tiveram de tirar (do texto constitucional)", afirma Luciana Yeung, do Insper. Segundo ela, iniciativas assim também passam a falsa impressão de que o banco é que arcará com os custos. "O cliente é que pagará a conta, porque isso é repassado para outros produtos", diz.

No limite, o próprio Tesouro Nacional - dinheiro do contribuinte - pode ser levado a ter de resgatar empresas colocadas em dificuldades por conta da quebra de contratos. "Como visto em outros momentos da história, o Tesouro acaba atuando como prestador de última instância", diz Luciana.

"Quebras de contratos representam um retrocesso e prejudicam todos os públicos que precisam de crédito. Também levam os modelos de risco nos mercados financeiro e de capitais a indicar um preço de crédito muito mais elevado", afirmou o BC por meio de nota. "Geram, portanto, restrição de crédito e instabilidade do sistema, podendo criar problemas mais agudos no sistema de intermediação financeira."

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

'Quem me conhece sabe que eu sou duro na queda', diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nas últimas semanas, no rastro das demissões dos ex-ministros Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, e de Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, ganharam intensidade no **mercado** os rumores sobre uma possível guinada na política econômica e a saída do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, do governo, destaca o Estadão.

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro ter reafirmado mais de uma vez que Guedes continua a ser o seu "Posto Ipiranga", as seguidas "bolas nas costas" que ele vem levando do chefe acabam por alimentar a percepção de que seus dias no governo podem estar contados. O desembarque do sucessor de

Mandetta, Nelson Teich, anunciado na sexta-feira, 15, certamente não contribuirá para reduzir as incertezas sobre sua permanência no cargo.

Na semana passada, Bolsonaro voltou a colocar Guedes numa saia justa, ao sugerir um recuo no compromisso de vetar a possibilidade de concessão de reajuste para certas categorias do funcionalismo em 2020 e 2021, embutida no pacote de auxílio a Estados e municípios aprovado pelo Congresso no início de maio.

Contrário à concessão do benefício, no momento em que o setor privado faz enormes sacrifícios para sobreviver à pandemia, Guedes pediu o veto após o próprio presidente ter liberado a base aliada para votar a favor das exclusões ao congelamento salarial dos servidores, como revelou o Major Vítor Hugo (PSL-GO), líder do governo na Câmara.

'Fritura'

Antes, Bolsonaro já havia criado um problemão para Guedes ao dar seu aval ao chamado Plano Pró-Brasil, também articulado à sua revelia. O plano, destinado a alavancar a **economia** após a pandemia, previa inicialmente o uso de recursos públicos que seriam viabilizados com a flexibilização do teto dos gastos - dispositivo que limita as despesas do governo ao valor do ano anterior corrigido pela inflação.

Mas, apesar dos sinais de que passa por um processo de "fritura" Guedes não parece convencido, segundo apurou o Estadão, de que chegou a hora de deixar o governo. Ao contrário

de Moro, Mandetta e Teich, ele não faz de suas divergências com o presidente uma questão de vida ou morte.

Embora admita a amigos e auxiliares que ficará numa "situação difícil", caso Bolsonaro não vete os "furos" no congelamento salarial dos servidores, é grande a probabilidade de Guedes "engolir" mais este revés, se ele realmente se confirmar - o prazo para o presidente resolver a questão vence no dia 27.

Como já afirmou várias vezes, Guedes até admite deixar o governo se sentir que não consegue ajudar o presidente e as pessoas que confiam nele. De acordo com as fontes ouvidas pelo Estadão, porém, ele não vê a sua saída como "algo próximo". Na verdade, pelo que anda dizendo, sequer reconhece a "fragilidade" que lhe é atribuída por alguns analistas e continua a exaltar a confiança que acredita merecer de Bolsonaro.

Apesar das evidências em contrário, Guedes não atribui ao presidente as "facadas" que levou nos últimos tempos. Em sua visão, segundo relatos de interlocutores próximos, ele se tornou alvo do chamado "fogo amigo", disparado de trincheiras erguidas na Esplanada dos Ministérios e no Congresso.

A integrantes da equipe econômica que se abatem diante das adversidades, Guedes costuma afirmar que já ouviu vários "nãos" de Bolsonaro, mas não desistiu de ir atrás de seus objetivos, inclusive em relação ao próprio congelamento de salários do funcionalismo em casos de crise fiscal. "Quem me conhece sabe que sou duro na queda", diz a seus assistentes quando leva um tombo.

O dispositivo já estava previsto tanto na reforma administrativa preparada pela equipe econômica, que o presidente defenestrou no final do ano passado, como no chamado Pacto Federativo, que está em análise no Senado e ficou em stand by com a pandemia.

Legado liberal

Nem a aliança de Bolsonaro com o Centrão, para reforçar sua base no Congresso, nem os riscos que ela pode representar para a sua agenda reformista parecem levar Guedes a questionar sua permanência no governo. Ele parece determinado a deixar um legado, ao implementar o seu projeto liberal, com o controle de gastos do governo, a realização das reformas estruturantes, a privatização e a abertura econômica. Acredita que, com isso, lançará as bases que permitirão o crescimento sustentável do País.

Enquanto muito dos que apoiaram Bolsonaro nas urnas e antigos colaboradores se afastaram do presidente, Guedes se mantém leal a ele. Reage com indignação quando alguém fala sobre um possível processo de impeachment contra Bolsonaro no Congresso. Até no caso da manifestação em que se pedia uma intervenção militar e a volta do AI-5, realizada em 19 de abril, em Brasília, com a participação de Bolsonaro, Guedes fica ao lado do chefe, dizendo que ele nada falou contra a democracia no ato.

Mesmo com tudo isso, nada garante que amanhã ou depois de amanhã Guedes não possa mudar de ideia e romper o casamento com Bolsonaro ou que o próprio presidente peça o divórcio. É sempre uma possibilidade, para qualquer um que esteja ocupando um

cargo de confiança, especialmente no primeiro escalão, como mostra o caso do ex-ministro Nelson Teich.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Caixa vai permitir, a partir desta segunda-feira (18), a ampliação da pausa do pagamento de financiamentos habitacionais por um período de 120 dias para os clientes que já haviam solicitado o benefício de suspensão temporária. Anteriormente, o período máximo era de 90 dias. Quem decidir solicitar a suspensão temporária das prestações a partir de agora já terá os 120 de pausa garantidos.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de imóveis comerciais - individual.

'Ao estender a pausa na prestação do contrato habitacional para quatro meses, o banco oferece às pessoas e empresas a oportunidade de reprogramar seu orçamento diante das dificuldades que vêm enfrentando nesse período', comentou o presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães.

Segundo o banco, a medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19. Até o momento, mais de 2,3 milhões de mutuários já solicitaram a pausa na prestação habitacional.

Quem solicitar a pausa no contrato terá que pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem solicitar a carência. Clientes que utilizaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abater uma parte da prestação também podem solicitar o serviço. No caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem está sem pagar no prazo no máximo duas parcelas (atraso de 60 dias).

Para solicitar a pausa, basta acessar o aplicativo Habitação CAIXA ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800 726 0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800 726 8068, opções 2-4-2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 10h às 16h (exceto feriados).

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Auxílio emergencial de R\$ 600 ampliado é sancionado por Bolsonaro com veto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente vetou a ampliação do benefício para profissionais informais que não estão inscritos no Cadastro Único. O Congresso Nacional especificava profissões que estariam aptas a receber os R\$ 600 do governo, como motorista de aplicativos, vendedores porta a porta e ambulantes de praia.

Na justificativa para barrar as alterações, o governo disse que a proposta de lei feria o princípio da isonomia por privilegiar algumas profissões em detrimento de outras. O Executivo informou também que o Congresso não especificou qual seria a origem da verba nem o

impacto do aumento das despesas nas contas públicas.

O texto aprovado pelo Congresso retirava dos requisitos para receber o auxílio a exigência de renda máxima de R\$ 28.559,70 em 2018. Com isso, pessoas que declararam rendimento superior naquele ano, mas perderam renda agora poderiam acessar o auxílio. O próprio Ministério da **Economia** tinha dado apoio à medida, que beneficiaria carreiras como taxistas, motoristas de aplicativo e advogados.

Para evitar que o benefício fosse pago indiscriminadamente, o texto estabelecia que quem tivesse rendimento superior à faixa de isenção neste ano e recebesse auxílio deveria devolver o valor ao declarar o Imposto de Renda de 2021.

Bolsonaro, no entanto, vetou essa ampliação. Dessa forma, profissionais que receberam mais do que R\$ 28.559,70 em 2018 continuam impedidos de pedir o benefício, mesmo que tenham perdido renda neste ano por causa da pandemia.

Na justificativa, o presidente afirmou que esse critério 'filtra e focaliza a aplicação do dinheiro público, concentrando-o nos grupos que mais

necessitam'.

O governo ainda vetou a possibilidade de homens solteiros chefes de família receberem em dobro o benefício emergencial. Pelas regras vigentes, apenas mães chefes de família têm a prerrogativa para os R\$ 1,2 mil.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, justificou o veto ao afirmar que a ampliação colocaria em risco o pagamento adicional às mães solteiras, já que o Congresso não estabeleceu mecanismos para impedir que pais ausentes se colocassem como chefes de família de forma fraudulenta para receber o benefício em vez das mães que efetivamente cuidam das crianças.

A lei entra em vigor com a sanção e os vetos terão de ser analisados pelo Congresso. Os parlamentares podem manter ou derrubar a decisão de Bolsonaro.

Fies

Além da alteração no auxílio emergencial, a lei sancionada pelo presidente permite a suspensão das parcelas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para os contratos que estavam em dia antes do início da vigência do estado de calamidade pública,

em março.

Bolsonaro também vetou a ampliação da renda mínima para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um **salário** mínimo por mês, pago a deficientes e idosos com 65 anos ou mais que não conseguem se sustentar.

Hoje, é considerada incapacitada de manter um idoso ou pessoa com deficiência a família que tem renda mensal, por pessoa, igual ou inferior a um quarto de **salário** mínimo, o equivalente a R\$ 261,25. O projeto alterava esse valor para meio **salário**, hoje em R\$ 522,50. O Congresso já derrubou veto de Bolsonaro a esse mesmo ponto e a questão parou no Tribunal de Contas da União (TCU), que suspendeu a ampliação.

A justificativa do veto diz que ampliar os gastos para além de 2020 não encontra respaldo na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu ao governo não cumprir regras fiscais neste ano. Para ampliar as despesas a partir de 2021, o Congresso precisaria indicar a fonte de custeio da medida.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Caixa amplia pausa para pagamento de prestação habitacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Caixa vai permitir, a partir desta segunda-feira (18), a ampliação da pausa do pagamento de financiamentos habitacionais por um período de 120 dias para os clientes que já haviam solicitado o benefício de suspensão temporária. Anteriormente, o período máximo era de 90 dias. Quem decidir solicitar a suspensão temporária das prestações a partir de agora já terá os 120 de pausa garantidos.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de

imóveis comerciais - individual.

'Ao estender a pausa na prestação do contrato habitacional para quatro meses, o banco oferece às pessoas e empresas a oportunidade de reprogramar seu orçamento diante das dificuldades que vêm enfrentando nesse período', comentou o presidente da Caixa, Pedro Duarte Guimarães.

Segundo o banco, a medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19. Até o momento, mais de 2,3 milhões de mutuários já solicitaram a pausa na prestação habitacional.

Quem solicitar a pausa no contrato terá que pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem solicitar a carência. Clientes que utilizaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abater uma parte da prestação também podem solicitar o serviço. No caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem

está sem pagar no prazo no máximo duas parcelas (atraso de 60 dias).

Para solicitar a pausa, basta acessar o aplicativo Habitação CAIXA ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800 726 0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800 726 8068, opções 2-4-2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 10h às 16h (exceto feriados).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fenapro aponta que recuperação virá em mais de 6 meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O pessimismo em relação ao futuro marca a primeira edição de 2020 da pesquisa VanPro - Visão de Ambiente de Negócios em Agências de Propaganda, produzida pela Federação Nacional de Agências de Propaganda (Fenapro). O estudo, que é realizado a cada três meses, ouviu 344 empresas de 20 estados e do Distrito Federal, sendo 41% dos entrevistados do Sudeste, 26% do Nordeste, 18% do Centro-Oeste, 10% do Sul e 5% do Norte. Para 72% delas, uma recuperação do **mercado** acontecerá em um prazo de mais de seis meses e, para 4% das agências, ela não virá para seus negócios.

Em relação aos impactos sofridos com a crise

provocada pela pandemia da Covid-19, 68% das empresas afirmaram que perderam 30% de suas receitas imediatamente. Além disso, a previsão é que estas perdas se mantenham até o fim do ano. Para o resultado de 2020, 55% das entrevistadas acreditam em uma queda de receita anual superior a 30%, quando comparado aos resultados de 2019.

A redução de jornada e de salários foi uma medida tomada por 59,6% das empresas ouvidas, sendo que 43,9% também deram férias aos funcionários. Já 29,7% admitem que fizeram demissões e 21,2% que suspenderam contratos empregatícios. 'Já é um impacto grande nos empregos, apesar de que muita gente seguiu e está segurando, até por questões estratégicas, o máximo possível desta base de equipe. E ela quem vai sustentar esta retomada. Nosso negócio é gente, a competência de levar ao cliente soluções, ter a memória dele. Se desmobilizar a força de trabalho ficaremos frágeis em oferecer um serviço de qualidade na retomada', aponta Daniel Queiroz, presidente da Fenapro.

Apenas 16% das empresas conseguiram algum tipo de crédito subsidiado e 25% delas não adotou nenhuma medida relativa a financiamento ou postergação de impostos. O VanPro aponta ainda que os recursos serão suficientes para menos de um mês para 27% das empresas; para entre um e dois meses para 32% delas, e para dois a três meses para 24%. 'Me causa certo temor que 50% das agências afirmaram que estão adiando o pagamento de impostos, parcelando, como medida mais imediata. Mas isso é um problema, tem multas e

juros, vira uma bola de neve a ser administrada mais à frente', alerta o executivo.

Segundo a Fenapro, estes indicadores mostram impactos que serão sentidos na **economia** nacional já que o **mercado** das agências de propaganda movimentada anualmente cerca de R\$ 35 bilhões. Ainda de acordo com a entidade, ele é composto por mais de 3,5 mil empresas, que geram mais de 40 mil empregos diretos. Queiroz informa ainda que um novo estudo será desenvolvido já em agosto, também levando em conta os impactos da crise causada pela pandemia da Covid-19 no **mercado**. 'Estou impactado com o envolvimento das agências que participaram em peso da pesquisa. São informações consistentes que usaremos para incrementar os pleitos junto ao Governo Federal no sentido, por exemplo, de um maior acesso a captação de recurso, um dos itens que ficou evidente como dificuldade das agências', detalha.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes cobra veto a aumento a servidores públicos: 'Não assaltem o Brasil'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, defendeu nesta sexta-feira (15) que seja mantido pelo Congresso o eventual veto presidencial ao trecho que permite o reajuste de servidores públicos incluído no pacote de auxílio aos estados e municípios em virtude do coronavírus.

Ao votar a medida, os parlamentares aprovaram o trecho que colocava o congelamento dos salários como contrapartida para a ajuda federal, mas excluíram várias categorias desta regra. 'Precisamos da contribuição do funcionalismo público. Dezenas de milhões de

brasileiros estão sendo demitidos, milhares de empresas estão fechando. Só estamos pedindo uma contribuição', afirmou Guedes.

O ministro afirmou que o governo rejeitou movimentos que pretendiam ir além, cortando até 20% do **salário** do funcionalismo. 'Por favor, enquanto o Brasil está de joelhos, nocauteado, tentando sobreviver, não assaltem o Brasil', disse o ministro.

Guedes também falou sobre os governadores e sobre o Congresso Nacional, ainda no bojo do assunto envolvendo o anúncio. Ele criticou os pedidos para a extensão do auxílio federal combinado à possibilidade de conceder aumento a servidores. 'E vamos nos aproveitar de um momento como esse, da maior gravidade, de uma crise de saúde, e vamos subir em cadáveres para fazer palanque?', afirmou.

A respeito do Legislativo, o ministro pediu que o veto, caso o presidente Jair Bolsonaro realmente o faça, seja mantido pelos deputados e senadores. 'O que adianta um presidente vetar, se quando ele veta, o Congresso derruba. É para que isso? É para impor uma derrota política ao presidente, é para desorganizar a **economia** brasileira, é para transformar em guerra eleitoral um gesto de grandeza nosso de mandar recurso a guerra da saúde?', criticou.

Ele afirmou não estar criticando nem o Congresso nem as categorias de servidores. A respeito das votações no Legislativo, ele afirmou, em referência à aliança recente do presidente Jair Bolsonaro com os partidos do

chamado 'Centrão', que está em curso um acordo sobre programas de governo para a formação de uma base aliada mais sólida.

Ao lado do ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, Paulo Guedes afirmou que houve um erro de interpretação a respeito de 'um PAC mais fundo', em referência ao Programa Pró-Brasil, anunciado pelos ministros militares há duas semanas.

Guedes afirmou que o programa foi entendido como um aprofundamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), adotado no governo dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e não seria. 'Não foi isso que a Casa Civil falou, que o presidente falou, que o general Ramos (ministro da Secretaria de Governo) falou'.

No entanto, em seu anúncio, Braga Netto defendeu um eixo de investimentos públicos para a recuperação da **economia** brasileira após a pandemia da Covid-19. O ministro da **Economia** afirmou que os temores de que o Brasil poderia voltar a seguir um rumo de mais expansão dos gastos públicos afastaram investidores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Federações distintas entram com ação na Justiça contra o lockdown no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As Federações das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor); das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern); do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN) e da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (Faern) protocolaram pedido na 5ª Vara da Fazenda Pública de Natal para serem habilitados como 'amicus curiae' na ação movida pelo Sindicato do Trabalhadores em Saúde do Rio Grande do Norte (Sindsaúde/RN) que pede a implementação de medidas de isolamento total (lockdown) no Estado do Rio Grande do Norte e no município de Natal. As informações são da Tribuna do Norte.

As entidades argumentam, na petição, a improcedência da ação aberta pelo Sindsaúde/RN, que representa os trabalhadores da saúde no Estado, chamando atenção para a impossibilidade do Judiciário de se antecipar ao Executivo em decisões sanitárias, como as do combate ao coronavírus. Para as Federações, é uma prerrogativa do Executivo (Estados e Municípios) decidir sobre medidas dessa natureza.

Sendo o pedido de habilitação aceito, as entidades poderão atuar como assistentes do Governo e a Prefeitura de Natal para que não seja decretado o lockdown, podendo inclusive, recorrer, impugnar e contestar durante o processo. Para validarem a participação como assistentes, as entidades alegam que, além de representarem quase que a totalidade da classe produtiva do Estado, ainda fomentam a atividade econômica, gerando emprego e renda.

Além disso, as Federações chamam atenção do Judiciário para a ação elaborada pelo Sindsaúde/RN que solicita a implementação do 'lockdown' em toda a região metropolitana de Natal. Segundo a petição, todos os municípios contemplados nessa área deveriam ser adicionados como passivos na ação, sendo notificados oficialmente o que, segundo as entidades, não ocorreu.

Extinção processual

A Procuradoria Geral do Município do Natal solicitou a extinção do processo requerido pelo Sindicato dos Servidores da Saúde (Sindsaúde/RN) para a instituição do lockdown, que corresponde a um isolamento total na cidade. A PGM se posicionou dentro do processo aberto pelo Sindicato e se baseia no entendimento da 'ilegitimidade' do ente sobre o tema, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) delegou aos Estados e Municípios brasileiros a autonomia para adotar as medidas administrativas de enfrentamento à pandemia.

O posicionamento da Procuradoria foi enviado à 5ª Vara de Fazenda Pública de Natal. De acordo com Fernando Benevides, procurador-geral do Município, não cabe ao Judiciário interferir na questão solicitada. O procurador ainda solicita o indeferimento da liminar em favor do lockdown, caso a tese da extinção da ação não seja acolhida.

Em seu processo, o Sindsaúde/RN pede a citação não apenas da Prefeitura do Natal, mas também do Governo do Estado, com vistas a estender a medida do lockdown a todo o Rio Grande do Norte.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

ANP confirma leilão e anima cadeia produtiva do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Apesar de incertezas econômicas da pandemia de covid-19, o Governo Federal mantém para 2020 o leilão de 740 campos de petróleo e gás. A garantia foi dada pelo secretário nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, José Mauro Ferreira, em videoconferência com organizações do setor, na quinta-feira (14).

A reunião online encaminhou a retomada do Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás

Natural em Áreas Terrestres (Reate 2020). No centro dessa estratégia, está venda para empresas de campos petrolíferos devolvidos à Associação Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Oportunidade

Essa modalidade é vista como fundamental para reaquecer a produção onshore (em terra) no Brasil. E interessa ao Rio Grande do Norte, referência em produção continental. A Associação Redepetro RN participou da videoconferência e mostra otimismo, com a confirmação do 2º Ciclo da Oferta Permanente de Áreas da ANP.

É que, dos 740 blocos ofertados, 497 campos são em terra. 'Há também boa procura por empresas estrangeiras. Ou seja, se essas empresas realmente adquirirem blocos e fizerem investimentos, anima novamente o **mercado** para os próximos anos', explica o presidente da Redepetro, Gutemberg Dias, que participou da reunião online.

Estratégias

Para viabilizar essa retomada, o Reate 2020 projeta novas diretrizes diante do impacto da pandemia de covid-19 na **economia** global. É o caso da redução dos valores de royalties do onshore, equalização do licenciamento ambiental (Licença Simplificada), reestruturação da regulação para o segmento onshore, segundo Gutemberg Dias.

'Foi comunicado também que, em junho, a SPG (Secretaria de Petróleo e Gás) apresentará relatórios dos subgrupos do Reate 2020 e, em julho, a Cartilha do Onshore Brasileiro em língua inglesa, para divulgar as oportunidades no Brasil no segmento internacional. Essa postura reitera o interesse do governo em reaquecer o onshore', avalia.

Representatividade

Além da Redepetro, participaram da reunião com a Secretaria Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da ANP a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Pedido: Federações e Sebrae querem ser assistentes do na ação do Sindsaúde/RN sobre 'lockdown'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Ilustração

As Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN), das Indústrias do Estado do RN (FIERN), das Empresas de Transportes de Passageiros do Nordeste (Fetronor), da Agricultura, Pecuária e Pesca (FAERN) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN (Sebrae/RN), protocolaram, na 5ª Vara da Fazenda Pública do RN, na capital do estado, um pedido para serem habilitados como assistentes simples na ação

proposta pelo Sindicato do Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde/RN) contra o Estado e o município de Natal.

A ação do ente sindical pede que o estado e o município sejam obrigados a decretar, de forma imediata, por no mínimo 15 dias, o lockdown como medida de distanciamento social, em Natal e em toda a região metropolitana.

Sendo o pedido de habilitação aceito, as entidades poderão atuar como assistentes do Governo e a Prefeitura de Natal para que não seja decretado o lockdown, podendo inclusive, recorrer, impugnar e contestar durante o processo.

Para validarem a participação como assistentes, as entidades alegam que, além de representarem quase que a totalidade da classe produtiva do RN, ainda fomentam a atividade econômica, gerando emprego e renda.

'Desta forma, o bloqueio total trará graves prejuízos para toda a sociedade, em especial às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais que estas entidades representam', descreve informação vinda da assessoria de imprensa da Fecomércio/RN.

Somente é aceito como assistente o terceiro que demonstrar estar sujeito a ser afetado juridicamente pela decisão a ser proferida em processo do qual não participa.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN